

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Processo Administrativo nº 10507.720369/2024-71

OBJETO: Contratação de empresa especializada nas áreas de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de Projeto Básico completo, utilizando a metodologia BIM (*Bulding Information Modeling*), com o objetivo de viabilizar a reforma das duas edificações que compõem a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF-FSA), situadas na Avenida Getúlio Vargas, nº 195, Bairro Centro, Feira de Santana/BA.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES.....	1
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA	1
SUMÁRIO.....	1
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	3
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	4
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	5
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	6
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	7
7. CUSTOS DIRETOS	7

8.	ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	8
9.	ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	8
10.	DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	9
11.	BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	9
12.	ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	9
13.	PROJETO EXECUTIVO	9
14.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	10
15.	VISTORIA	11
16.	SUBCONTRATAÇÃO	11
17.	DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	11
18.	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	11
19.	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	12
20.	GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	12
21.	DA SUSTENTABILIDADE	13

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

O objeto da presente licitação consiste na elaboração de Projeto Básico Completo, na modelagem BIM, com vistas à reforma das duas edificações que compõem a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF-FSA), não havendo dúvidas de que se trata de um serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / (x) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

De acordo com o art. 6º, inciso XVIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, a elaboração de projetos básicos é um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual. Neste tipo de serviço o que se exige é o conhecimento técnico do profissional e o produto a ser entregue são pranchas de desenhos, especificações técnicas e planilha orçamentária. Não há o fornecimento de materiais ou de empregados para prestação de mão de obra.

Neste caso específico, em que o objeto é um projeto básico completo de reforma, com modelagem em BIM, a sua elaboração se reveste de características especiais, uma vez que se trata de um projeto de reforma, com a necessidade de laudo pericial da edificação, levantamento cadastral, e indicação das soluções técnicas para a melhoria nos quesitos de conservação, segurança, funcionalidade, acessibilidade, conforto e desempenho das edificações.

Trata-se, portanto, de um serviço especial de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea “b”, da Lei nº 14133/2021.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

() empreitada por preço unitário

☒ empreitada por preço global

☐ empreitada integral

☐ contratação por tarefa

☐ contratação integrada

☐ contratação semi-integrada

☐ fornecimento e prestação de serviço associado

O objeto do contrato será a elaboração do projeto básico completo e as especificações técnicas anexas ao Edital definem com clareza toda a extensão dos serviços a serem efetuados pela empresa contratada. Com isso, serão fornecidos elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços que compõem o objeto da licitação, disponibilizando aos licitantes todas as informações necessárias para o completo conhecimento do objeto e elaboração de uma proposta fidedigna, a fim de evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual. Ao final, a contratada receberá um preço certo e total pela entrega do projeto básico completo, incluindo a planilha orçamentária.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☐ DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☒ NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

O Acórdão n. 1977/2013- Plenário TCU trata do estabelecimento de critérios para a definição de subestimativas e superestimativas nos quantitativos da planilha orçamentária, se referindo aos processos de contratação para a execução de uma obra. No presente caso, cujo objeto é a elaboração de projetos, os serviços serão divididos por etapas, não havendo quantitativos detalhados por item. Por esse motivo não foi definido as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de ☒ engenharia, ☐ arquitetura ou ☐ técnico industrial, com a emissão da ☒ ART, ☐ RRT ou ☐ TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

O objeto da contratação é a elaboração do projeto básico completo para a posterior realização da reforma em duas edificações que hoje abrigam a atual sede de Delegacia da Receita Federal em Feira de Santana. Por conta da especificidade do objeto, a contratação será instruída com um Termo de Referência, que possui um apêndice contendo as especificações dos serviços de elaboração do projeto, além de outros itens acessórios. Neste documento estão descritas todas as condições para a elaboração do Projeto Básico e outros serviços que a empresa a ser contratada deverá realizar, sendo informações suficientes para permitir a instrução da futura licitação para a contratação do Projeto Executivo e da obra de reforma. O anexo com as especificações técnicas foi elaborado pela equipe técnica da Saeng da RF05. Para o serviço de elaboração do apêndice, foi emitida uma ART/RRT pelos membros da Saeng.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

() FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, () FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

Na presente licitação, pela especificidade, não cabe na instrução do processo a elaboração de planilhas de composições de custos, uma vez que se trata de serviço intelectual. Não há que se falar em quantitativos, custos unitários, tabelas de referências, etc, uma vez que estes quesitos não se aplicam ao serviço de elaboração de projetos.

Por se tratar de um projeto de reforma, com níveis de exigências e características particulares relacionadas a uma edificação já existente, a comparação com projetos similares se torna inviável, não sendo coincidentes com todas as especificações e detalhamentos que serão exigidos para a entrega final do Projeto Básico Completo objeto dessa licitação.

Não sendo viável a comparação com contratações similares, uma das formas de estimar o preço da contratação é através da pesquisa de mercado, coletando preços entre empresas especializadas em projetos de obras e reformas com utilização da modelagem BIM. Além disso, outra forma de obtenção do preço de referência é através das tabelas oficiais de honorários para elaboração de projetos e outros serviços, publicadas pelas instituições e conselhos profissionais de arquitetura e engenharia, ou por outros órgãos oficiais.

A equipe técnica da Saeng 05 elaborou uma Nota Técnica para definição do preço estimado da contratação, onde estão justificados os critérios adotados e os valores obtidos na pesquisa de preços, e na utilização das tabelas referenciais. Como não haverá elaboração de planilhas orçamentárias, e sim consulta ao mercado, não haverá ART ou RRT de orçamento.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

() foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

(X) NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

() consta nos autos.

(X) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

() foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(☒) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

A elaboração de orçamento detalhado em planilha de custos unitários não se aplica à presente contratação. Como o objeto da licitação é a elaboração do projeto básico completo de reforma, além de outros serviços suplementares, o preço estimado é definido com base em pesquisa de mercado e em tabelas oficiais de honorários para elaboração de projetos e outros serviços.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(☐) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

(☐) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(☐) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Conforme justificado no item anterior, a elaboração de orçamento detalhado em planilhas de custos unitários não se aplica à presente contratação.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☐) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(☐) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(☐) adota o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☐) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

(☐) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Não existe Administração Local na elaboração de projeto. Este item não se aplica à presente contratação.

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(X) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Este item não se aplica à presente contratação.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e () SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

Conforme justificado nos itens anteriores, como o objeto da licitação é a elaboração de um projeto básico completo, não existe orçamento detalhado em planilhas de custos unitários. Por consequência, no presente caso, não se aplica a curva ABC para definir as parcelas mais relevantes da contratação sob o prisma econômico, para o caso de aditamentos, e para a análise de riscos.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Como o objeto da licitação é a elaboração de projeto de arquitetura e engenharia, as empresas prestadoras deste tipo de serviço não se enquadram no benefício de desoneração da folha de pagamento previsto na Lei nº 12546/2011 e suas alterações.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: () observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Como o objeto da licitação é a elaboração do projeto básico completo de reforma, além de outros serviços suplementares, e por se tratar de pesquisas de preços de serviços, os componentes presentes no BDI já estão contidos nas propostas apresentadas.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Não se aplica a esta contratação porque não há fornecimento de materiais e equipamentos.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

Os itens 6 e 7 do documento CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, que será um apêndice do Termo de Referência, contém um cronograma de execução do projeto, que descreve detalhadamente os produtos que devem ser entregues pela contratada em cada uma das etapas do projeto, os percentuais e seus respectivos prazos de entrega.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

A presente contratação tem por objeto a elaboração de um projeto básico completo, e outros itens suplementares, para posterior realização da obra de reforma dos prédios. Esta contratação será instruída com o Termo de Referência e seu Apêndice, que contém todas as informações e requisitos necessários para a elaboração dos serviços.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao (X) CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

O objeto a ser licitado se enquadra nas atividades de serviços de engenharia e arquitetura, e, portanto, será necessário o registro da empresa no CREA e/ou CAU.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação, como se trata de um serviço de natureza intelectual, não será exigida comprovação de Capacidade técnico-operacional, uma vez que a relevância na seleção estará relacionada à capacitação do pessoal técnico, que será avaliada na fase de habilitação técnica.

Capacidade técnico-profissional

Na proposta técnica será exigida a apresentação de equipe técnica que irá realizar os serviços, sendo obrigatória a apresentação dos responsáveis pela atividade de coordenação e projeto de arquitetura.

Na presente licitação, a verificação da capacitação e da experiência do licitante deverá ser comprovada por meio de apresentação de atestados de projetos previamente realizados por sua equipe técnica.

Serão exigidos atestados relativos ao projeto de Arquitetura com modelagem BIM, para reforma de uma edificação com no mínimo 1000m² de área construída, e à atividade de Coordenação de projetos com uso da modelagem BIM para edificações com no mínimo 1000m² de área construída, devido a relevância técnica desses itens no Projeto Básico completo.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Como o objeto é a elaboração de projetos e todas as informações necessárias serão fornecidas pela Administração, as empresas poderão efetuar suas propostas mesmo sem visitar o local.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (X) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Será admitida a subcontratação do serviço Inspeção Predial. Ao permitir a subcontratação desse item, pretende-se trazer economicidade ao certame licitatório, tendo em vista que a empresa vencedora poderá subcontratar empresas ou profissionais especializados em engenharia diagnóstica e perícias locais para efetuar um serviço que demandará mais tempo in loco, com realização de inspeção predial, medições, levantamentos, e uso de equipamentos e ensaios não destrutivos e/ou destrutivos, se necessário.

Para os demais profissionais que serão responsáveis pela realização dos outros serviços, será admitida a vinculação profissional através de simples contrato de prestação de serviços.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de () por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Na presente licitação, como se trata de um serviço de natureza intelectual, onde o que se considera para o atingimento dos resultados esperados é basicamente o conhecimento e a experiência dos profissionais da empresa, sem o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, não será exigida a comprovação de patrimônio líquido mínimo, uma vez que a situação econômica da empresa não é relevante para a execução dos serviços, e não há riscos de serem efetuados danos aos bens da Administração durante a execução do contrato.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio somente é recomendável quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou alta complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica ou uma rodovia, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar o serviço. Não é o que ocorre neste caso concreto, onde não há exigências de natureza econômico-financeira e as exigências técnicas podem ser perfeitamente supridas por empresas da área de projetos, uma vez que é admitida a formação de equipe técnica com profissionais não pertencentes ao quadro permanente. Neste caso, o mercado dispõe de diversas empresas que podem se habilitar para a execução dos serviços, inclusive de pequeno e médio portes.

Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para esta contratação, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e razoabilidade.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Na presente licitação, será VEDADA a participação de sociedades cooperativas, uma vez que este tipo de serviço é realizado por empresas da área de projetos, com registro no CAU ou no CREA. Como é uma atividade eminentemente técnica, não é possível efetuar a gestão operacional do serviço de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados.

Portanto, não se vislumbra a possibilidade de realização da execução deste tipo de serviço de engenharia por uma cooperativa de trabalhadores.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será () EXIGIDA ou (X) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

Na presente licitação, como se trata de um serviço de natureza intelectual, onde o que se considera para o atingimento dos resultados esperados está relacionado a entrega das peças técnicas, com o conhecimento e a experiência dos profissionais da empresa, sem o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, será dispensada a garantia de execução contratual, pois pela natureza do objeto não se vislumbra um grau de risco para prejuízos na execução do contrato que possa ser amparado por cláusula de garantia.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

() definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Nesta contratação, os critérios relativos à sustentabilidade residem no que será previsto nas especificações dos projetos exigidas no Termo de Referência, e não no serviço de laboração do projeto em si. Assim, ao elaborar o Projeto Básico Completo, o contratado deverá levar em consideração as questões relativas à sustentabilidade na obra de reforma decorrente do projeto, optando, sempre que possível, por soluções que privilegiem a eficiência energética e minimizem a geração de resíduos na obra, bem como assegurem a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Também, deverão constar no projeto as exigências que a empresa responsável pela reforma do prédio deverá adotar no que diz respeito à destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da obra.